



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA

DECRETO N° 491, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

**APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI N°
05/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Sooretama, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas

DECRETA:

Art. 1º. Fica apiovada a Instrução Normativa SFI n° 05/2021, da Secretaria Municipal de Finanças n° 05. que institui procedimentos para o cumprimento da ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras, referente às de natureza contratual e onerosas assumidas junto a fornecedores de bens e serviços pelas Entidades da Administração Direta. Autarquias e Fundos do Município de Sooretama, em cumprimento as Leis Federais n° 4 320/64, n° 8.666/93 e n° 14 133/21

Art. 2º. Caberá à unidade responsável promover a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

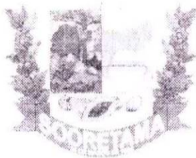
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Sooretama. Estado do Espírito Santo, aos vinte dias de outubro de dois mil e Vinte


ALESSANDRO BROEDEL TOREZANI

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que dei publicidade ao presente Decreto, fazendo afixar seu texto em locais próprios, públicos, de costume na data supra



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA

VANILDO BROEDEL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI N° 005/2021

Versão: 01

Aprovação: 20/10/2021

Ato de aprovação: Decreto n° 491 de 20 de outubro de 2021

Unidade responsável: Secretaria Municipal De finanças

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º - Esta Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da **Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras** relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no Município de Sooretama - ES

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º - A presente Instrução Normativa abrange todas as Unidades da Estrutura Organizacional, das Administrações Direta e Indireta, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Sooretama - ES

CAPÍTULO III
DA BASE LEGAL

Art. 3º A presente Instrução Normativa Integra um conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal, no sentido de disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da Ordem



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Cionológica de Pagamentos das obrigações financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, sobre o qual dispõem:

- I. Lei nº 8.666/1993;
- II. Lei nº 10.520/2002;
- III. Lei nº 4.320/1964
- IV. Lei nº 14.133/21

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º - São responsabilidades da Secretaria Municipal de Finanças como unidade responsável pela Instrução Normativa:

- I. Promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e supervisionando sua aplicação;
- II. Manter a instrução Normativa a disposição de todas as Secretarias Municipais, zelando pelo fiel cumprimento da mesma.
- III. Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e prazos e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

CAPÍTULO V
DOS PROCEDIMENTOS
SESSÃO I LIQUIDAÇÃO

Art 5º - Respeitada a Ordem de classificação dos créditos, será realizada a Liquidação Contábil da despesa, de acordo com o Artigo 63 da Lei nº 4.320/1964.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Art. 6º - A Ordem Cronológica de exigibilidade das Obrigações financeiras terá
início na data do registro contábil da Liquidação da Despesa e será

suspensa até que:

- I. Efetuada a Entrega por parte do fornecedor, de toda documentação exigida pelas normas em vigor;
- II. Sanadas as pendências relativas à execução do contrato.
- III. Regularizada qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação.

Art. 7º - O fiscal do contrato adotará as providências necessárias para concluir a etapa da liquidação com a certificação do adimplemento da obrigação, no período estipulado no instrumento contratual, e ao final atestará a despesa na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente.

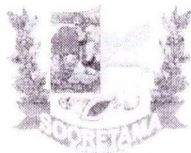
Art. 8º - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser remetida à Secretaria Municipal da de finanças no dia do atesto ou com justificativa, no dia útil imediatamente posterior ao de atesto para a liquidação contábil da despesa.

SESSÃO II - PAGAMENTO

Art. 9º - O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a Ordem Cronológica de exigibilidade, relativas ao:

- I - Fornecimento de bens;
- II - Locações;
- III - Prestação de serviços;
- IV - Realização de obras.

Art. 10 - Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à finalidade ou despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

convênio, contrato de empréstimo ou de financiamento, fundo especial ou outra origem específica do recurso, cuja obtenção exija vinculação.

Art. 11 - A quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos somente ocorrerá quando presentes Relevantes Razões de Interesse Público e mediante prévia justificativa da autoridade competente conforme estabelece o artigo 05º da lei 8 666/93 e 141º §1º da lei 14 132/21.

§ 1º - Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Poder Executivo deverá disponibilizar diariamente no Portal da Transparência a Ordem Cronológica de Pagamentos, bem como as justificativas que fundamentem a eventual quebra da ordem.

SESSÃO III - NAO SE APLICA A ESTA NORMATIVA

Art. 12 - Não se sujeitarão ao disposto nesta Instrução Normativa os pagamentos decorrentes de:

- I. Suprimento de Fundos, assim considerados as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do Artigo 68 da Lei Federal nº 4.320/1964.
- II. Obrigações Tributárias e Previdenciárias;
- III. Sentenças e decisões Judiciais ou Notificações do Tribunal de Contas
- IV. Vale Transporte, Vale Alimentação, Diárias e Passagens.
- V. Despesas provenientes de créditos adicionais extiaordinários.
- VI. Pagamento de Pessoal
- VII. Concessionárias de serviços públicos de água, luz, telefonia e esgoto.
- VIII! Despesas decorrentes de acordos ou parcelamentos de débitos juntos a união ou estado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

IX Demais despesas que não estejam regidas pelas leis federais:

8.666/93 e 14.133/21

CAPÍTULO VI
DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

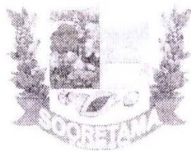
Art. 13 Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal de Finanças na Superintendência de Contabilidade e na Unidade Central de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de controle, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional

Art. 14 - Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de verificar a sua adequação, bem como manter o processo de melhoria continua.


Art. 15 - 0 descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de sindicância e do processo administrativo disciplinar para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas.

Art. 16 - A realização de procedimentos de todas as unidades envolvidas, sem a observância das tramitações, registro e controles estabelecidos nesta Instrução Normativa estará sujeita a responsabilização administrativa, sem prejuízo das demais sanções legais.

Art. 17 - Toda e qualquer irregularidade encontrada pelos servidores responsáveis pela Secretaria Municipal de Finanças do Município de Sooretama, bem como nas demais unidades sujeitas à observância desta Instrução



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



ALESSANDRO BROEDEL TOREZANI
PREFEITO MUNICIPAL

JOSMIRO ELIZEU DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS



HIGOR GONÇALVES DE BARROS
CONTROLADOR GERAL MUNICIPAL